

O governo festeja o controle da moeda

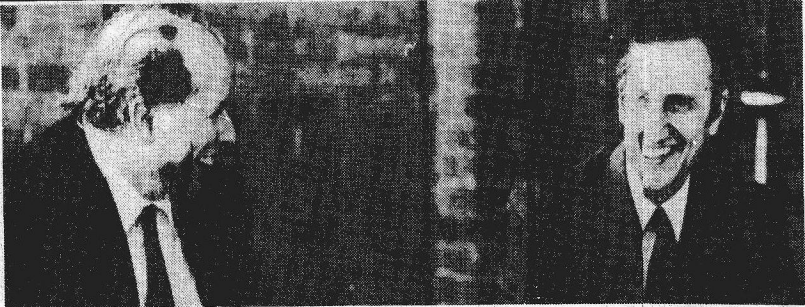
Conseguiu-se baixar o ritmo da expansão monetária de 17,1% em setembro para cerca de 1,5% em outubro. Mas o déficit de caixa ainda preocupa.

Apenas um índice para corrigir todas as contas da economia?

O governo já está pensando na utilização de apenas um índice para corrigir salários, tarifas, prestações de casa própria, ganhos de capital e outras faturas de influência na Economia, informou ontem, no Rio, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Ele afirmou que é favorável à idéia, porque “não podemos mais conviver com um índice corrigindo salários e outro corrigindo o capital”.

Sem entrar no mérito de como funcionaria o novo sistema de indexação da economia brasileira, disse que a solução para o problema é importante, porque tem sido uma discussão permanente entre trabalhadores, empresários e os representantes do capital. “Sou favorável que este país tenha um dia apenas um índice para atualizar a sua economia”, ressaltou.

A informação foi prestada após o ministro ter participado de um almoço na Fundação Getúlio Vargas, em companhia dos ex-ministros e professores da FGV, Mário Henrique Simonsen e Francisco Dornelles, além dos presidentes do Banco Central, Fernão Bracher, da Comissão de Valores Mobiliários, Adroaldo Moura da Silva, e o ex-



Funaro com Simonsen: só cortesia? presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Funaro, porém, desmentiu que sua ida à fundação tivesse por finalidade discutir novas metodologias para elaboração de indicadores econômicos, entre eles os da inflação, feito pela própria FGV, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Eu não discuto isso com a fundação, pois ela tem total independência de atuação na forma de analisar as contas nacionais”, afirmou o ministro.

Juros

O presidente do Banco Central,

Fernão Bracher, disse, por sua vez, que as taxas de juros “vão continuar caindo gradativamente”.

O presidente do Banco Central reafirmou a posição manifestada por Funaro para justificar a redução dos prazos do crédito ao consumidor. “A demanda por bens de consumo está muito acelerada”, disse. E exemplificou com o caso dos automóveis, “que estão sendo vendidos com ágio pressionando sobre a inflação. Isso objetivo é equilibrar a oferta e a procura”.

Praticamente todos os participantes do almoço foram consultados sobre a natureza da reunião a portas fechadas foram unânimes em afirmar que o encontro

foi “de cortesia”. Ninguém quis admitir a versão, fornecida ontem por fontes da própria FGV, de que no encontro seria debatida a reformulação dos índices produzidos pela FGV — incluindo a criação de um IGP de caráter nacional com o apoio de recursos do Banco Mundial. O problema orçamentário da FGV também não entrou em pauta, segundo um dos participantes, porque atualmente o orçamento e os salários estão equilibrados.

Base monetária

O diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Resende, que também participou do almoço, disse que o governo continua preocupado em conter a expansão da base monetária, que ficou em menos de três por cento em outubro passado (veja ao lado).

Segundo Lara Resende, mesmo no critério da média dos saldos diários — que ele considera como o mais importante — a expansão da base monetária situou-se abaixo de 12%. Foi realizada uma colocação líquida de títulos do Tesouro da ordem de Cr\$ 8,8 trilhões, “ao mesmo tempo em que reduzimos o déficit de caixa do governo, que ficou um pouco acima de Cr\$ 9 trilhões”.

Em outubro, a expansão da base monetária do País ficou entre 1,2 e 1,5%, registrando uma queda significativa em relação a setembro, quando houve um crescimento de 17,1%. Embora preliminares, estes dados, divulgados ontem por um importante assessor do ministro da Fazenda, estão sendo bastante festejados na área econômica do governo.

Essa inesperada queda no ritmo de expansão da base monetária permitirá, caso fique em 1,5%, que a taxa acumulada dos últimos 12 meses caia de 244,6% para 218,5%, um índice muito próximo da inflação do mesmo período: 212,8%.

Em compensação, o déficit do setor público, em outubro, atingiu Cr\$ 12 trilhões, contra Cr\$ 7,1 trilhões em setembro passado, elevando o acumulado do ano para Cr\$ 60 trilhões. Este “buraco”, porém, foi financiado com a emissão de apenas Cr\$ 500 bilhões a 555 bilhões, impedindo um crescimento exagerado da base monetária.

O restante do déficit foi coberto pela colocação líquida no mercado de Cr\$ 8,5 trilhões de títulos da dívida pública e pela rolagem de Cr\$ 3 trilhões de títulos do total de Cr\$ 30 trilhões já vencidos desta mesma dívida. Os dados são preliminares e a divulgação oficial dos déficits será feita pelo Banco Central no próximo dia cinco.

Estatais

Os investimentos das empresas estatais em 1986 deverão apresentar um crescimento real ao redor de 5%, revelou ontem o ministro do Planejamento, João Sayad. De acordo com técnicos, isso significará um investimento de Cr\$ 150 a 160 trilhões.

Esse crescimento real nos investimentos estatais é significativo, pois de 1980 a 1984 eles sofreram redução real de 39%. Este ano, para um investimento de Cr\$ 47 trilhões, não houve crescimento ou queda.

Já este ano houve uma significativa melhora no âmbito das estatais. De acordo com dados da Secretaria Especial de Controle das Estatais — Sest —, o déficit operacional (descontadas as correções monetária e cambial) declinou da estimativa original de Cr\$ 28 trilhões para Cr\$ 5 trilhões. Isso se deve, segundo a Sest, basicamente à interrupção de alguns projetos, a corte em gastos de custeio e a uma relativa recuperação nos preços tarifários.

Para o ano que vem, o ministro do Planejamento estima um superávit de Cr\$ 10 trilhões das estatais. Isso significa que elas pagarão toda a conta de juros e mais Cr\$ 10 trilhões do principal de seus débitos. Os investimentos das empresas estatais não estão definitivamente fechados, segundo Sayad, porque ainda falta a definição do montante dos investimentos da Petrobrás, estatal de maior peso, nas bacias de Polonórdeste e de Campos.

Alegria

A alegria nos gabinetes da área econômica em Brasília também está sendo gerada pela concretização de uma meta traçada no início da gestão de Funaro: vender grande volume de títulos públicos, mas sem afetar o processo de queda das taxas de juros. Apesar de o Banco Central ter colocado liquidamente Cr\$ 8,5 trilhões de títulos no mês passado, os juros continuaram declinando. “Está comprovado que é possível fazer os juros caírem sem artificialismos”, afirmou o auxiliar de Funaro, demonstrando contentamento.

O assessor do ministro da Fazenda explicou que a venda maciça de títulos públicos sem afetar a queda dos juros foi possível graças à grande liquidez registrada hoje no mercado. Apesar do ritmo forte de crescimento registrado pela economia, explica o auxiliar de Funaro, as empresas ainda não alteraram sua demanda em relação ao crédito. Ou seja, o sistema bancário está com dinheiro sobrando.

Para o assessor do ministro Funaro, as empresas estão conseguindo crescer sem a necessidade de novos financiamentos, utilizando a capacidade ociosa gerada nos últimos anos de recessão. Foi também a recessão, segundo o auxiliar, que fez as empresas diminuírem ou eliminarem suas dívidas financeiras, diminuindo a necessidade de crédito.

Preocupação

Mas, apesar do contentamento das autoridades econômicas, os números das contas do governo em outubro também trazem preocupações. Com o déficit acumulado na casa de Cr\$ 60 trilhões, será difícil chegar-se a dezembro com a atual meta de um déficit total de Cr\$ 72 trilhões. O espaço para esta previsão não estourar é de apenas Cr\$ 12 trilhões. Portanto muito curto. Já existem projeções do Ministério da Fazenda que apontam o acumulado girando entre Cr\$ 75 e Cr\$ 80 trilhões.

Por sua vez, o déficit operacional do setor público — descontando as correções monetária e cambial — alcançará no mínimo 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Estas são as previsões oficiais do governo, considerando um PIB de Cr\$ 1,3 quatrilhão, quando o déficit operacional representará Cr\$ 32,5 trilhões.

Para o próximo ano, o governo brasileiro calcula que, de novo, não terá condições de equilibrar as finanças públicas. Projeções preliminares indicam em 1986 um déficit operacional ao redor de 1,5% do PIB, em 1987 de 0,5% e, finalmente, um pequeno superávit fiscal em 1988.

Nos primeiros entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a consolidação de um novo acordo, houve divergências profundas a esse respeito. O FMI queria já para o próximo ano um superávit fiscal. Para conseguir tal objetivo, o governo brasileiro teria de cortar mais drasticamente os investimentos das empresas estatais, elevar os impostos e, enfim, abrir mão de um crescimento de 6%.